

Um ensaio sobre a síntese da tradição clássica*

João Heraldo Lima**

Este ensaio procura identificar e descrever elementos que compõem o cerne da tradição clássica. Focaliza a análise em três elementos: demanda e oferta, produção e estrutura social. Explica como cada um deles é tratado analiticamente e por que a articulação entre eles fornece a síntese da tradição clássica.

1. Introdução; 2. A tradição clássica: oferta e demanda; 3. A tradição clássica: produção; 4. A tradição clássica: a estrutura social.

1. Introdução

Seria pertinente agruparmos numa mesma escola de pensamento Smith, Ricardo, Marx e Sraffa? Existem várias tentativas de avaliar as semelhanças entre esses autores. O próprio Sraffa declarou ser seu trabalho remanescente da tradição dos clássicos, porque:

“a investigação está ligada a propriedades tais do sistema econômico que não dependem das mudanças na escala de produção ou das proporções dos ‘fatores’ ”(Sraffa, 1960, p. 5).

Ricardo, também, insistia que sua teoria do valor e distribuição baseava-se na mesma idéia. Discutindo com Malthus, ele observou:

“A mim me parece que uma importante causa de nossa diferença de opinião (...) é que você tem sempre em mente os efeitos imediatos e temporários de determinadas mudanças (...) ao passo que eu os ponho de lado, fixando-me no estado permanente das coisas que deles resultam” (Ricardo, 1951, v. 7, p. 120).¹

Dobb (1973, p. 261), por sua vez, assinalou que a idéia dos salários como um dado independente é evidência da semelhança de Sraffa com os antigos clássicos, enquanto Meek (1973a, p. 302) enfatizou que o método “histórico-lógico” vai de Smith a Sraffa.

*O autor agradece a Haydn Pimenta, do Cedeplar/UFGM, pela tradução e revisão.

**Do Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais.

¹ Carta datada de 24 de janeiro de 1818.

R. Bras. Econ.	Rio de Janeiro	v.41	n.º 3	p. 343-56	jul./set. 1987
----------------	----------------	------	-------	-----------	----------------

A teoria do valor-trabalho aplica-se ao caso em que o lucro é igual a zero. Este é um ponto de partida lógico para uma análise simplificada bem como para um modelo de uma sociedade de trocas pré-capitalista. O surgimento histórico de uma classe distinta de capitalistas que auferem lucros altera a teoria do valor. A incorporação de uma taxa positiva de lucro na teoria do valor constituiu tema dominante entre estes autores.

Ademais, Eatwell (1974, p. 281) demonstrou de modo convincente a continuidade nas respostas oferecidas, ao mostrar a semelhança básica entre o modelo de cereal de Ricardo, a indústria de composição média de Marx e a mercadoria-padrão de Sraffa. Todas as três soluções baseiam-se na idéia de uma mercadoria que é seu próprio meio de produção e meio daqueles meios de produção, e assim por diante, de tal modo que as condições de produção dessa mercadoria governam a taxa de lucro agregada, uma vez que essa é a única mercadoria em que a razão do valor do produto líquido sobre o valor dos meios de produção depende, unicamente, da razão física do produto excedente sobre o produto necessário. É este o sentido contido na observação de Dobb (1973, p. 252) de que o sistema de Sraffa constitui uma

“reabilitação do enfoque Ricardo-Marx dos problemas de valor e distribuição a partir da produção, com o conseqüente resultado de que os preços relativos são independentes do padrão de consumo e demanda”.

A visão subjacente que dá origem a um tipo nitidamente clássico de teoria do valor é composta de elementos bem definidos. Talvez o ponto de partida mais óbvio seja o argumento de Dobb de que a análise clássica focaliza a produção, ignorando o fenômeno da demanda. Esta é uma característica básica de toda a análise clássica e, de fato, a mais freqüentemente criticada pela escola neoclássica. Resta indagar se este resultado reflete, de fato, a lógica do sistema capitalista ou decorre simplesmente da suposição de retornos de escala constantes.

A argumentação desenvolvida a seguir procurará fixar, dentre outras, a noção de que o enfoque clássico da teoria do valor representa uma “concepção materialista da vida econômica” retratada como uma interação dos planos físico e social do processo de produção.

Embora essa concepção surja com Adam Smith, as sucessivas contribuições de Ricardo, Marx e Sraffa conferem-lhe maior clareza. Há o que poderia ser chamado de “atualidade continuada” (Dobb, 1972, p. 19) na teoria clássica, o que permite que ela seja examinada, a qualquer tempo, como um todo. Cronologicamente, um trabalho mais recente pode revelar, com clareza, relações implícitas em trabalho mais antigo e vice-versa.

2. A tradição clássica: oferta e demanda

Começamos com o papel da demanda, como elemento não-determinante

dos preços. Ricardo, freqüentemente, insistia que, em sua opinião, oferta e demanda têm pouco a ver com a formação dos preços:

“Você diz que a demanda e a oferta regulam o valor (...) eu creio que isso não diz coisa alguma (...) é a oferta que regula o valor (...) e a oferta é, em si, controlada pelos custos comparativos de produção” (Ricardo, 1951, v. 8, p. 279).²

De modo semelhante, Marx (1977, v. 1, p. 45) observou que “a troca de mercadorias é, sem dúvida, um ato caracterizado pela total abstração do valor de uso”. Isso, de maneira nenhuma, implica que a demanda seja totalmente ignorada na análise clássica do valor. Meek (1973a, p. 178), por exemplo, chamou a atenção para vários elementos da demanda aos quais os clássicos atribuíam importância: é um pré-requisito para o valor de troca, afeta a alocação da força de trabalho em cada setor da economia e influencia diretamente os preços em situações monopolísticas. Alterações ocorridas na demanda resultarão, também, em alterações do preço de mercado de uma mercadoria.

O modelo de determinação de preços de Sraffa permite analisar o papel passivo desempenhado pela demanda na estrutura teórica clássica. Em comentários relacionados com o sistema de Sraffa, Joan Robinson observou que:

“a oferta e a demanda nada têm para abocanhar. A composição do produto pode ser influenciada pela distribuição da renda líquida entre os trabalhadores e capitalistas (por exemplo, maior quantidade de bens de investimento, quando a participação de lucros é alta), mas os preços, em dadas condições técnicas, são determinados, unicamente, pela taxa de lucro” (Robinson, 1965, v. 35, p. 31).

Sem dúvida, a partir das equações de Sraffa, observa-se que a determinação dos preços, dado o nível de salário real, corre sem que haja equações de demanda. Matematicamente, a demanda é supérflua. No entanto, pode-se obter maior significado econômico, através da comparação do sistema de equações de determinação de preços de Sraffa com o sistema neoclássico de determinação de preços. Em primeiro lugar, recordemos o sistema de Sraffa. O equilíbrio geral é dado pelas k equações de preço:

$$(A_a P_a + B_a P_b + \dots + K_a P_k) (1 + r) + L_a w = A P_a$$

$$(A_b P_a + B_b P_b + \dots + K_b P_k) (1 + r) + L_b w = B P_b$$

(...)

$$(A_k P_a + B_k P_b + \dots + K_k P_k) (1 + r) + L_k w = K P_k$$

² Carta endereçada a Malthus, em 9 de outubro de 1820.

e uma equação de preço para a mercadoria numérico que é a renda líquida considerada uma mercadoria composta:

$$\frac{[A - (A_a + A_b + \dots + A_k)]}{P_b + \dots + [K - (K_a + K_b + \dots + K_k)]} \frac{P_a}{P_k} + \frac{[B - (B_a + B_b + \dots + B_k)]}{P_k} = 1$$

Todos os elementos da última equação são considerados não-negativos, uma que o sistema revela-se em estado de auto-reprodução *ex-hypothesi*. Isso resulta em $K + 1$ equações para determinar os K preços, r e w . Uma vez que w seja dado exogenamente, o sistema torna-se determinado. De modo contrastante, consideremos o seguinte modelo neoclássico.³

Seja:

α_{ij} = quantidade do fator j necessária para produzir uma unidade da mercadoria i ;

λ_j = preço do fator j ;

Q_j = quantidade disponível do fator j ;

X_i = oferta da mercadoria i ;

Y_i = demanda da mercadoria

Se houver n bens e m fatores, as equações de preços relativos aos bens serão dadas por:

$$\alpha_{11} \lambda_1 + \alpha_{12} \lambda_2 + \dots + \alpha_{1m} \lambda_m = P_1$$

$$\alpha_{21} \lambda_1 + \alpha_{22} \lambda_2 + \dots + \alpha_{2m} \lambda_m = P_2$$

(...)

$$\alpha_{n1} \lambda_1 + \alpha_{n2} \lambda_2 + \dots + \alpha_{nm} \lambda_m = P_n$$

isso produz n equações, mas uma vez que tanto os λ quanto os P_i são conhecidos, há $n + m$ quantidades desconhecidas, uma situação de indeterminação. A teoria neoclássica retifica esta situação introduzindo equações de demanda.

$$Y_1 = F_1 (P_1, P_2, \dots, P_n)$$

$$Y_2 = F_2 (P_1, P_2, \dots, P_n)$$

(...)

$$Y_n = F_n (P_1, P_2, \dots, P_n)$$

³ Este modelo foi tomado de Cassel (1973, p. 93-119).

Entretanto, o sistema encontra-se, ainda, não determinado, uma vez que introduzimos a quantidade demandada como nova variável. O sistema é fechado, pela introdução de condições de equilíbrio:

$$X_1 = Y_1, X_2 = Y_2, \dots, X_n = Y_n$$

para todos os bens, e

$$Q_1 = \alpha_{11} X_1 + \alpha_{21} X_2 + \dots + \alpha_{n1} X_n$$

$$Q_2 = \alpha_{12} X_1 + \alpha_{22} X_2 + \dots + \alpha_{n2} X_n$$

(...)

$$Q_k = \alpha_{1k} X_1 + \alpha_{2k} X_2 + \dots + \alpha_{nk} X_n$$

para todos os fatores.

Uma vez que se supõe serem os Q_j e os α_{ij} quantidades conhecidas, o último conjunto de equações não acrescenta quaisquer novas variáveis.

Portanto, temos $2n + m$ incógnitas (Y_i , P_i e λ_i) e $2n + m$ equações (n equações de preços, n equações de demanda e m equações de utilização de fatores).

Além do fato de que no modelo de Sraffa as quantidades são dadas exogenamente, enquanto no modelo neoclássico são variáveis, a razão mais importante pela qual a demanda é necessária neste último, mas não no primeiro, é que o modelo neoclássico faz distinção entre bens e fatores, ao passo que Sraffa não faz. Para Sraffa, há apenas mercadorias que aparecem, simultaneamente, como insumo e produto, enquanto o modelo neoclássico considera que os serviços produtivos se combinam para produzir um produto diferente. Em vez de uma combinação de trigo, carvão e ferro para produzir trigo, carvão e ferro, temos os serviços dos proprietários de terras, dos capitalistas e dos trabalhadores combinando-se para produzir trigo, carvão e ferro. Uma vez que a tradição neoclássica enfatiza os sentimentos subjetivos dos indivíduos, a superfície de contato entre o consumo e a oferta de fatores é considerada de primordial importância no processo de formação de preços e, desse modo, é quebrado o fluxo circular de bens de setor a setor.

Para a escola clássica, essa intercessão não é importante. Há alguma razão legítima para esta posição? Sim, há. Se nos lembrarmos de que as equações de Sraffa delineam o setor básico de uma economia e se compreendermos que esta é uma forma generalizada da noção clássica de subsistência, isto é, a parte da produção que se destina à manutenção do sistema, podemos, então, constatar duas coisas. Em primeiro lugar, esse fundo de mercadorias destina-se ao consumo dos trabalhadores e à reposição dos meios de produção, sendo que a parte dos trabalhadores

é a demanda exercida pelos consumidores. Em segundo lugar, em qualquer estágio de desenvolvimento histórico, é razoável supor-se que essa demanda seja uma quantidade fixa no agregado, uma vez que representa o consumo essencial à manutenção do sistema, isto é, o consumo dos trabalhadores mais a reposição dos meios de produção. Se os preços dos produtos básicos, expressos em termos da mercadoria-padrão, tivessem aumentado em relação aos não-básicos, em razão de retornos decrescentes, então o consumo extraído do excedente, e não do fundo de manutenção, seria sacrificado. Nenhuma das relações físicas do setor básico seria alterada e tampouco os preços relativos. Apenas a parcela do excedente, na produção total, cairia. Isso reflete a lógica do papel do consumo num modelo de reprodução. O consumo é parte da manutenção do sistema econômico, em vez de um fim do processo econômico. Portanto, a teoria da demanda é substituída pelos coeficientes de produção historicamente dados.

Os economistas geralmente encaram o papel da demanda como alicercado na existência de retornos de escala crescentes ou decrescentes. Portanto, torna-se importante considerar a relação geral entre a quantidade ofertada e o custo. Embora os coeficientes de produção sejam especificados, uma pequena alteração de quantidade não os alterará, em razão dos retornos de escala crescentes ou decrescentes?

Já que é importante observar, nesta altura, os contextos em que os retornos de escala são relevantes, é oportuno uma pequena digressão sobre o desenvolvimento histórico do pensamento de Sraffa. Em seu artigo pioneiro de 1926, *The laws of returns under competitive conditions*, Sraffa critica a análise da curva de oferta marshalliana de tal modo que prenuncia a posição que iria assumir em *Produção de mercadorias*. As leis de retornos crescentes e decrescentes são de natureza tal que ou são drasticamente limitadas, ou violam a independência entre oferta e demanda. No caso de retornos de escala decrescentes, se uma indústria utiliza pequena quantidade de um fator não-reproduzível, tal como terra, um aumento da escala da indústria não causará aumento do preço do fator. A curva de oferta de longo prazo será horizontal. Se a indústria em questão utiliza grandes quantidades, o aumento da escala fará aumentar o preço de fator. Entretanto, isso afetará todas as indústrias que utilizam o fator e, como é provável que essas outras indústrias produzam mercadorias substitutas, é bem possível que haja mudanças na demanda do produto da indústria em questão. É, então, violada a independência entre oferta e demanda. Por conseguinte,

“a estrutura de retornos decrescentes é adequada apenas para aquela diminuta classe de mercadorias para cuja produção se emprega a quantidade total do fator” (Sraffa, 1926, p. 539).

Ocorre caso semelhante no que se refere à lei de retornos crescentes. A produção em grande escala pode resultar em preços de oferta declinantes

para uma indústria, em razão de economias tanto externas quanto internas à firma. Se internas, as economias violarão o pressuposto da concorrência. Se externas, as economias terão ainda assim de ser internas à indústria, pois, do contrário, a independência entre oferta e demanda seria, de novo, violada. A aplicabilidade da lei é, novamente, reduzida a poucos casos. "As economias que são externas, do ponto de vista da firma, mas internas do ponto de vista da indústria em seu todo, constituem, precisamente, a classe raramente encontrada" (Sraffa, 1926, p. 540).

A antiga tradição clássica de fundamentar preços competitivos somente em custos de fatores parece-nos ser a melhor opção existente.

Neste ponto, Sraffa visualizou dois possíveis cursos de ação: manter o conceito de livre concorrência e desenvolver a noção de equilíbrio geral com retornos decrescentes com um fator constante ou abandonar a concorrência. Em 1926, ele optou pelo último curso e surgiu a teoria da concorrência monopolística. Com *Produção de mercadorias* a opção recaiu sobre o primeiro. Não sabemos, exatamente, por que ele abandonou a trajetória originalmente delineada. Sabemos, entretanto, que se inclinava para o total abandono da teoria de preços marshalliana⁴ e que a concorrência imperfeita mostrou ser um fracasso como uma teoria geral de preços alternativa (Clifton, 1977, p. 142).

Pode-se argumentar que Sraffa adotou o enfoque do equilíbrio geral para construir uma teoria do valor que fosse consistente. Ao adotar este enfoque, compreendeu que toda a questão dos retornos de escala é completamente irrelevante em condições estáticas de reprodução (Clifton, 1977, p. 140). Desse modo, Sraffa afirma no prefácio de *Produção de mercadorias*:

"Alguém que se acostumou a pensar em termos de equilíbrio de demanda e oferta pode inclinar-se, ao ler estas páginas, a admitir que o argumento apóia-se num pressuposto tácito de retornos constantes em todas as indústrias (...) De fato (...) não se parte desse pressuposto" (Sraffa, 1960, p. V).

A essência do sistema geral de reprodução é que um processo não pode expandir-se sem que o todo se expanda, uma vez que os insumos se produzem dentro do sistema. Por conseguinte, a relação entre preços, salários e lucros e a quantidade de produto é assunto para ser tratado no âmbito do crescimento, pois não desempenha papel algum no modelo estático de reprodução simples. A quantidade de produto é determinada pelo tamanho da força de trabalho disponível em conjunto com a tecnologia prevalecente e a condição de pleno emprego. A questão dos retornos decrescentes que se originam de fatores constantes ou não-reproduzíveis

⁴ Ver, a este respeito, o debate entre Robertson D.; Shove, G.F. & Sraffa P. Increasing returns and the representative firm: a symposium. *Economic Journal*, 40, 1930.

é um fenômeno dinâmico que conta, quando se considera a trajetória de expansão. No plano conceitual, esta questão pode ser tratada, focalizando-se R , a taxa máxima de lucro. Se o sistema em expansão depara-se com retornos decrescentes, R tenderá a cair, na medida que o valor dos bens básicos aumenta em relação ao dos não-básicos.

Talvez se pudesse levantar a objeção de que o enfoque que enfatiza o sistema de reprodução é, razoavelmente, válido para uma economia tal como a da Inglaterra dos tempos de Smith e Ricardo, na qual predominava o consumo de subsistência ou reprodutivo, mas não é válido para uma economia capitalista moderna, na qual a produção e o consumo de excedente predominam amplamente. Entretanto, esta não é a principal razão pela qual a análise clássica enfatiza o setor de manutenção. Ao focalizarmos a manutenção, isolamos um setor, cujo produto é uma mercadoria composta que entra como meio de produção de todas as mercadorias, inclusive de si própria. Por sua própria natureza, Ricardo e Marx concluem que as condições de produção neste setor determinam a taxa agregada de lucros, uma vez que o lucro neste setor é o valor de um quociente que é determinado por outro quociente puramente físico. Em consequência, os preços praticados por outras indústrias precisam ajustar-se para alcançar a igualdade das taxas de lucro. De modo semelhante, em Sraffa, o setor básico, que é equivalente ao setor de subsistência clássico, determina R , a taxa máxima de lucros. A importância deste setor deriva-se de seu papel na determinação dos preços e lucros que refletem requisitos de produção física e que, por conseguinte, determinam os limites dentro dos quais podem deslocar-se os preços dos não-básicos. A violação desses limites causará alterações em R , o que, possivelmente, ameaçará a viabilidade de todo o sistema.

3. A tradição clássica: a produção

A irrelevância relativa da demanda pode, assim, ser melhor contemplada, a partir da perspectiva clássica que divide a economia em um setor de subsistência e um setor de produção de excedente. Essa assertiva segue como um corolário lógico do isolamento do setor básico e de seu tratamento em um modelo estático de equilíbrio geral. O setor básico é isolado para fins de análise, uma vez que determina a taxa máxima de lucros. A importância da distinção entre subsistência e excedente é, também, reflexo da concepção clássica do problema econômico.

“Qual é, portanto, o problema econômico, sugerido pela teoria do valor-trabalho? Em sua forma mais simples, esta teoria delineia uma comunidade agrícola primitiva, auto-suficiente, possuindo apenas um sistema de trocas rudimentar. Nestas circunstâncias, é natural considerar-se a produção como

uma luta do homem contra a natureza e medir a riqueza em termos de produto físico do trabalho” (Myint, 1948, p. 2).⁵

Portanto, o crescimento é a meta central e a ênfase sobre o excedente, como fundo disponível para criar e manter um maior estoque de capital e maior oferta de mão-de-obra, torna-se característica dominante da análise clássica. Entretanto, de modo ainda mais essencial, o resultado direto deste enfoque é a análise objetiva (física) do valor, em vez de subjetiva. A produção é vista como um processo físico e os valores de troca relativos são determinados pelas proporções físicas das mercadorias através da utilização de métodos de produção historicamente dados.⁶

Esta característica encontra-se mais nitidamente visível no modelo de trigo e ferro de Sraffa bem como no modelo agregado de circulação de Marx. A razão de troca entre o ferro e o trigo é determinada pelas necessidades de reposição de cada setor. Esta idéia é importante para a teoria clássica, desde antes de Smith.⁷

Além disso, a determinação da taxa de lucro prossegue no nível físico. Do modelo agrícola de Ricardo, passando pela teoria da mais-valia de Marx, até a mercadoria-padrão de Sraffa, a teoria do lucro é abordada pela demonstração de como se pode derivar um quociente físico que se reflete no quociente de valor e a ele se iguala, o qual surge como taxa de lucros ou, em Sraffa, taxa máxima de lucros.

Meek resumiu tão bem toda esta idéia do problema econômico e o que ela significa para as categorias econômicas clássicas que não sentimos constrangimento em citar sua longa explicação na íntegra:

“Numa economia predominantemente agrícola, pode muito bem haver uma tendência para considerar-se tanto o trabalho quanto a terra fatores igualmente ‘ativos’ no processo produtivo — o trabalho porque figura como iniciador indispensável desse processo, e a terra, por causa da ‘atividade’ demonstrada pelas propriedades regenerativas do solo. Mas numa economia industrial, onde, com a ajuda do ‘trabalho inventivo’, o homem pode produzir riqueza material em abundância jamais sonhada em tempos anteriores, a natureza passa a ser considerada, não um sócio ativo no negócio de se ganhar a vida, mas pouco mais que um sócio preguiçoso e passivo. Na manufatura fica imediatamente óbvio que o homem é o sócio dominante, mas na agricultura a natureza não cede sua autoridade sem lutar. A conti-

⁵ A noção de que a tradição clássica se desenvolve no nível físico e a neoclássica no subjetivo é um tema dominante nesta obra.

⁶ Talvez seja este o lugar apropriado para incluir uma breve nota sobre o pressuposto de métodos de produção dados, ou proporções fixas de fatores, para usar uma terminologia mais moderna. Isto baseia-se, simplesmente, na noção de que, sendo o tempo irreversível, os métodos de produção existentes podem ser considerados como dados. Ver, a esse respeito, Schumpeter (1968, p. 908).

⁷ A idéia remonta, pelo menos, aos fisiocratas.

nuada existência da renda da terra parece provar que a natureza ainda 'labora juntamente com o homem' nos campos e pastos. Mas quando se demonstra que a existência da renda se dá não pela beneficência da natureza, mas por sua avareza, que a assistência que ela presta é dada em todas as ocupações e não apenas na agricultura, e que de qualquer modo é dada gratuitamente, sem custos para o homem, então o dispêndio do trabalho humano se revela como a única forma fundamental de custo ou sacrifício, comum a todos os ramos de produção. O trabalho humano passa a aparecer como o elemento de custo ativo, básico e universal, sempre em operação, quando a atividade produtiva resulta em diferença de valor entre insumo e produto (...) O dispêndio da força de trabalho humana permanece como o custo social básico. Portanto, o valor do produto nacional bruto poderia ser medido pela quantidade de trabalho vivo e morto nele incorporado. A reposição deste custo, para a sociedade, equivale ao montante de trabalho necessário à produção dos bens de subsistência para os trabalhadores. A diferença entre essas duas quantidades de trabalho representa o ganho social líquido — o excedente ou o retorno social líquido, resultante da atividade produtiva" (Meek, 1950, p. 53-4).

Portanto, a visão clássica do problema econômico como o esforço da humanidade para produzir leva-nos a expor um método de análise físico e objetivo e não subjetivo e psicológico. Isso, por sua vez, esclarece a preocupação com o crescimento e a distinção entre excedente e subsistência. Além disso, chegamos à valiosa percepção sobre a natureza da teoria clássica do valor que depende das proporções físicas e da necessidade da escolha do trabalho como único criador de valor.

4. A tradição clássica: a estrutura social

Até aqui, temos encarado a produção como um processo puramente físico e obtivemos importantes conhecimentos sobre vários aspectos do enfoque clássico. Para que possamos prosseguir na análise, é preciso acrescentar que nesse enfoque a produção é tanto um processo físico de pessoas trabalhando com a natureza, quanto um processo social de pessoas cooperando entre si em um tipo definido de organização social. Sem dúvida, como Meek observou, foi o reconhecimento do modo de produção especificamente capitalista, caracterizado pela existência de uma classe capitalista que recebia uma taxa de lucro uniforme sobre seu investimento, que constituiu uma das contribuições mais proveitosas de Adam Smith, a qual levou ao desenvolvimento da escola clássica (Meek, 1973a, p. 24).

É o surgimento de uma divisão social do trabalho altamente desenvolvida com alto grau de interdependência humana que constitui o acontecimento histórico que propiciou ao valor de troca, como fenômeno da interação humana, tão grande importância no pensamento da comunidade intelec-

tual. Isso, por sua vez, deu origem a um novo campo de indagações, chamado economia política. Portanto, na visão clássica, o valor surge em determinado sistema social, que depende das trocas para sua preservação. Uma vez que essa teia de interdependência baseia-se na divisão social do trabalho, não é surpreendente que os economistas clássicos considerem a troca, que é a ligação entre as pessoas, a permuta de diferentes tipos concretos de trabalho social. Passar da compreensão deste fato a uma teoria que procure delinear uma relação quantitativa entre trabalho e valor de troca é, apenas, um pequeno passo. Um bem adquire valor

“em virtude do fato de ser o produto do trabalho de um indivíduo ou grupo de indivíduos em uma sociedade, caracterizada e dependente do intercâmbio mútuo de produtos de distintos trabalhos de indivíduos. A troca de mercadorias é, em essência, a troca de atividades sociais. A relação de valor entre mercadorias, que se manifesta no ato da troca, é, em essência, o reflexo de um relacionamento entre homens como produtores” (Meek, 1973a, p. 62).

O valor é uma relação social; serve para unificar e coordenar a atividade social de produção que é executada por produtores individuais. É o mediador entre o indivíduo e a sociedade de que ele, ou ela, faz parte.

É interessante observarmos que assim como Sraffa ajuda-nos a compreender as características do equilíbrio geral da teoria clássica que estão implícitas em Ricardo, assim também o faz, de modo semelhante, a análise do valor de Marx. Embora nem Smith, nem Ricardo tenham usado termos como “relação social”, deve ficar claro que, ao focalizarmos a produção e a divisão do trabalho, essas idéias estão contidas em suas contribuições.

Talvez, possamos obter maior clareza se, de novo, examinarmos o modelo de trigo e ferro de Sraffa. O quociente de valor de 1 para 10 é determinado pelos requisitos técnicos da produção. Entretanto, daí a dizer-se que o valor é uma relação puramente técnica seria um absurdo, mesmo na lógica altamente abstrata de Sraffa. É a natureza social da produção que faz com que a relação técnica surja como uma relação de valor. Portanto, uma completa compreensão deste enfoque é que fará com que percebamos a dupla dependência da teoria clássica do valor: da relação das pessoas com a natureza (produção) e das pessoas com as pessoas (interdependência social). Na terminologia de Marx, dir-se-ia que o valor é uma categoria histórica, específica de uma sociedade mercantil. Esta especificação institucional é o ponto de partida da teoria clássica.

A identificação do ambiente social característico de uma sociedade de mercado é importante para explicar-se como ocorrem as relações de valor. A sociedade capitalista é uma forma particular de sociedade mercantil, que se desenvolveu, historicamente, da produção simples de mercadorias e que se tornou objeto de indagação dos economistas clássicos. Esta

forma histórica específica da produção mercantil é caracterizada pela existência de uma nova classe proprietária, a capitalista, que auferir um novo tipo de renda, lucro, obtido pelo emprego de trabalho, cuja produtividade é de tal ordem que propicia um excedente para o empregador. Segue-se disso que a relação existente dentro do processo de produção entre trabalhadores e capitalistas emergiu como um problema crucial para a teoria do valor e, em Marx, como a chave para todo o processo de desenvolvimento capitalista. A teoria clássica tende a prosseguir de forma “histórico-lógica”, iniciando-se como uma hipotética produção simples de mercadoria e, depois, analisando as mudanças causadas pelo surgimento da produção capitalista. Isto aparece de modo particularmente nítido na distinção de Smith entre o “estado primitivo e rude”, onde o tempo de trabalho determinava o valor, e a sociedade avançada, onde os trabalhadores partilhavam o produto com os senhores de terra e os capitalistas. Isto, também, ocorre nas situações de lucro zero de Ricardo e Sraffa e, sem dúvida, na distinção de Marx entre a produção simples de mercadoria e a produção capitalista.

Portanto, a teoria do valor é alterada de modo a incluir dados históricos e institucionais. O valor-trabalho é substituído por preços de produção tornando-se afetado pela distribuição, assim como pelos requisitos físicos e pela interdependência social. Entretanto, a influência da distribuição é, ela própria, uma conjunção entre os universos físico e social. As condições físicas possibilitam a existência de um excedente, acima da mera subsistência. O arranjo social do processo de produção assegura que, a partir do excedente, resulte renda de propriedade, que será dividida entre o dono da terra e o capitalista, antes que ocorram transações de mercado. A teoria clássica deve ser entendida como possuidora, no que refere à sua problemática característica, de uma relação triplíce entre o universo técnico (físico), a interdependência social, gerada pela divisão do trabalho, e as relações de produção entre as classes.⁸ O exame desses processos precede a consideração das relações de mercado por serem os mesmos considerados reguladores de longo-prazo das relações de mercado.

Desse modo,

“A teoria clássica do valor-trabalho é a corporificação da crença de que os fenômenos de mercado podiam apenas ser entendidos completamente se se penetrar abaixo da superfície das relações sociais entre os homens

⁸ Parece-nos claro que não há qualquer abandono da visão básica, ao considerar-se a distribuição entre trabalho e capital, isto é, a relação salário-lucro, como um segundo determinante do valor. O valor ainda surge da conjunção dos processos físicos e social; a diferença é que agora há dois processos sociais em funcionamento simultâneo. O sistema de preços deste último é mais complicado, embora seja importante não descartar o sistema de valor da produção simples de mercadoria porque somente nele a dependência do valor em relação ao sistema físico surge de forma tão marcante. É, também, necessário que não percamos de vista a ideia da determinação do lucro como um quociente de valor que iguala um quociente físico.

como produtores, o que, em última análise, determinaria suas relações de mercado" (Meek, 1973b, p. 234).

Encontramos, na tradição clássica, a visão que melhor poderia ser classificada como "a concepção materialista da sociedade econômica", a qual é análoga à concepção de Marx da história. Assim como Marx considerava a história uma progressão de modos de produção, cada um destes caracterizado por diferentes formas das forças de produção, e das relações sociais de produção, cada uma delas desenvolvendo-se e alterando-se constantemente em resposta às complexas interações existentes entre essas forças e as relações de produção, a teoria clássica baseia-se numa concepção semelhante, aplicada às categorias econômicas. O que temos chamado de universo físico constitui, precisamente, as forças de produção de Marx e as relações sociais que elaboramos são suas relações de produção. Torna-se claro, então, que a tríplice inter-relação, à qual nos referimos anteriormente, nada mais é do que a aplicação do conceito básico de Marx da teoria do valor. Dentro desta perspectiva, não é surpreendente que a demanda seja posta em segundo plano, uma vez que nesta tradição ela é, historicamente, determinada pela forma específica das relações de produção.

Completa-se, assim, o círculo. Iniciando com a manifesta ausência da análise da demanda na teoria clássica, aprofundamo-nos no exame da produção como um processo físico-social que determina as relações de troca como parte central da tradição clássica. A demanda não é ignorada nesta perspectiva, mas, antes, abordada via produção, como uma quantidade determinada pelos requisitos de manutenção do sistema. Além disso, na análise do desenvolvimento econômico que é o forte da tradição clássica, a demanda apenas responde, passivamente, a mudanças dos métodos de produção e das relações trabalho-capital. Em suma, na tradição clássica, o valor é uma relação social que reflete e é delimitado pela interdependência tecnológica, em razão do tipo de ambiente social, historicamente determinado, no qual ocorre a produção.

Abstract

This essay tries to identify and describe the elements which constitute the core of the classical tradition. The analysis is focused on three elements: demand and supply, production and social structure. It explains how each one of them is analytically treated and why their integration provides the so-called classical synthesis.

Referências bibliográficas

- Cassel, G. The mechanism of pricing. In: Townsend, H., ed. *Price theory*. Harmondsworth, Middlesex, England, Penguin, 1973.
- Clifton, J. Competition and the evolution of the capitalist mode of production. *Cambridge Journal of Economics*, 1, 1977.
- Dobb, M. *Political economy and capitalism; some essays in economic tradition*. London, Routledge & Kegan Paul, 1972.
- . *Theories of value and distribution since Adam Smith; ideology and economic theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 1973.
- Eatwell, J. Controversies in the theory of surplus value: old and new. *Science and Society*, 38, 1974.
- Marx, K. *Capital*. New York, International Publishers, 1977.
- Meek, R. The decline of Ricardian economic in England. *Economica*, 17, 1950.
- . *Studies in the labor theory of value*. London, Lawrence & Wishart, 1973a.
- . Marginalism and marxism. In: Black, R.D. Collison, ed. *The marginal revolution in economics*. Durhan, N.C., Duke University Press, 1973b.
- Myint, H. *Theories of welfare economics*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1948.
- Ricardo, D. *The works and correspondence of David Ricardo*. Cambridge, Cambridge University Press, 1951.
- Robinson, J. Piero Sraffa and the rate of exploitation. *New Left Review*, 31, 1965.
- Schumpeter, J. *History of economic analysis*. New York, Oxford University Press, 1968.
- Sraffa, P. The laws of returns under competitive conditions. *Economic Journal*, 36, 1926.
- . *Production of commodities by means of commodities; prelude to a critique of economic theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 1960.